



BIBLIOTECA LAS CASAS – Fundación Index
<http://www.index-f.com/lascasas/lascasas.php>

Cómo citar este documento

Gudolle, Inaíza Medeiros; Poll, Marcia Adriana. A violência no contexto escolar e em seu entorno a partir da visão dos adolescentes. Biblioteca Lascasas, 2016; 12(2). Disponible en <http://www.index-f.com/lascasas/documentos/lc0902.php>

INAÍZA MEDEIROS GUDOLLE

**A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E EM SEU ENTORNO A PARTIR DA
VISÃO DOS ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Marcia Adriana Poll.

Uruguiana

2015

RESUMO

O estudo tem como objetivo identificar por que a escola e seu entorno transformaram-se em um ambiente violento segundo o olhar dos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem quantitativa. A amostra foi composta de 26 alunos do oitavo ano, de ambos os sexos de uma escola municipal de ensino fundamental localizada no município de Uruguaiana situado no extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado composto de quatorze questões referentes aos dados sociodemográfico e dezessete questões relacionadas à violência. A aplicação do questionário sobre violência foi aplicado antes e após o bloco de intervenção do Módulo 1, o qual ocorreu nos meses de julho e agosto de 2014. Os dados foram analisados com estatística descritiva e percentagem. Desta forma, esta pesquisa teve início após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) UNIPAMPA, conforme parecer 392.235 em 12/09/2013. Na primeira etapa, obteve-se os seguintes achados: dos 26 adolescentes 12 (46,1%) deles tem idade escolar compatível ao oitavo ano do ensino Fundamental, 16 (61,5%) masculino, 18 (69,2%) cor branca, 13 (50%) vivem com uma renda per capita de um a dois salários mínimos, 14 (53,8%) vivem em um modelo de constituição familiar diversificada e oito (30,7%) exercem atividades laborais. A segunda etapa relacionada à violência 22 (51,1%) responderam que agressão física é uma forma de violência, 11 (25,5%) a agressão verbal; 18 (69,2%) responderam que não vivenciaram situações de violência no convívio social e 20 (76,9%) já foram vítimas de violência física fora da escola. Das respostas proativas, 18 (69,2%) responderam que conversar é a forma de resolver os problemas e das respostas negativas uma (3,8%) respondeu que a agressão física é a forma mais resolutiva; 20 (34,6%) responderam que os motivos que levaram seus colegas a brigar fora da escola são questões relacionadas a namoro, 14 (24,1%) boatos e mensagens em redes sociais ou para manter a reputação de forte. Dentre as respostas proativas, oito (18,6%) apontaram que a atitude ao presenciar uma briga fora da escola foi chamar um adulto, e as respostas negativas, sete (16,3%) responderam que assistem ou vão embora, 20 (76,9%) referiram que não praticariam agressão contra outra pessoa, já dois adolescentes (7,7%) responderam que praticariam agressão contra outra pessoa e o motivo que os levaria é legítima defesa ou bullying, 16 (31,4%) refiram que o motivo que leva uma pessoa a entrar em uma gangue é para ficar mais poderoso, 15 (29,4%) ser popular, 7 (13,7%) não ser humilhado; 26 (52%) encontram ajuda na família, 13 (26%) encontram na escola. Por fim, as atividades de intervenções do projeto de extensão sobre violência, possibilitaram aos adolescentes escolares uma reflexão crítica

sobre seus atos e comportamentos em relação à violência escolar e em seu entorno. Bem como, poderão contribuir para o planejamento e a implementação de novas atividades externas ou internas a fim de tornar esta discussão no ambiente escolar cotidiana e realizada desde as series iniciais, com o apoio escolar e familiar.

Palavras-chave: Violência. Adolescente. Escola. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to identify why the school and its surroundings turned into a violent environment through the eyes of teenagers. This is an exploratory-descriptive research with quantitative approach. The sample consisted of 26 students in the eighth grade, male and female, from a public middle school located in Uruguaiana city, situated in the far west of the Rio Grande do Sul State. Data were collected through a semi-structured questionnaire composed of fourteen questions concerning sociodemographic data and seventeen questions related to violence. The questionnaire on violence was applied before and after the intervention block Module 1, which occurred in July and August 2014. The data were analyzed with descriptive statistics and percentage. Data were analyzed with descriptive statistics and percentage. Thus, this research started after the approval by the Ethics Committee on Research, UNIPAMPA, as report 392.235 on 12/09/2013. In the first stage, the following findings were obtained: of the 26 adolescents, 12 (46.1%) have school age compatible with the eighth grade of middle school, 16 (61.5%) men, 18 (69.2%) white, 13 (50%) living with a per capita income of one to two minimum wages, 14 (53.8%) live in a model of diversified family constitution and eight (30.7%) have work activities. On the second stage, related to violence, 22 (51.1%) responded that physical aggression is a form of violence, 11 (25.5%) verbal aggression; 18 (69.2%) responded that they have not experienced situations of violence in social life and 20 (76.9%) have been victims of physical violence outside the school. Of proactive responses, 18 (69.2%) responded that talking is a way to solve the problems, and from negative answers, one (3.8%) responded that physical aggression is the more solving manner; 20 (34.6%) responded that the reasons that led their classmates to fight out of school are issues related to dating, 14 (24.1%) rumors and messages on social networks or to maintain strong reputation. Among the proactive responses, eight (18.6%) indicated that the attitude to witness a fight outside the school was calling an adult, and from negative responses, seven (16.3%) said they watch or leave, 20 (76.9%) reported that they would not practice aggression against another person, although two teenagers (7.7%) responded that they would practice aggression against another person and the reason that would lead them to do it is self-defense or bullying, 16 (31.4%) refer to the reason that causes a person to get into a gang is to become more powerful, 15 (29.4%) being popular, 7 (13.7%) not being humiliated; 26 (52%) find help in the family, 13 (26%) find help in school. Finally, the intervention activities of the extension project on violence, enabled the adolescent students

to make a critical reflection on their actions and behaviors regarding school violence and its surroundings. As well, they can contribute to the planning and implementation of new external or internal activities in order to make this discussion daily in school environment and performed from the initial series, with school and family support.

Keywords: Violence. Adolescents. School. Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Idade dos adolescentes do ensino fundamental.....	24
Gráfico 2- Sexo dos adolescentes.....	24
Gráfico 3- Raça dos adolescentes.....	25
Gráfico 4- Renda familiar dos adolescentes.....	25
Gráfico 5- Com quem moram os adolescentes.....	26
Gráfico 6- Atividade ocupacional anterior dos adolescentes.....	26
Gráfico 7- Atividade ocupacional atual dos adolescentes.....	27
Gráfico 8- Os adolescentes gostam de frequentar a escola.....	28
Gráfico 9- Os adolescentes sentem-se seguros no caminho para escola.....	28
Gráfico 10- Os adolescentes vão acompanhados para a escola.....	29
Gráfico 11- A escola é violenta segundo os adolescentes.....	29
Gráfico 12- Houve participação dos adolescentes em atos violentos praticados na escola.....	30
Gráfico 13- Os adolescentes já sofreram violência na escola.....	30
Gráfico 14- Os adolescentes sentem-se seguros no caminho para casa.....	30
Gráfico 15- Participação de gangue segundo os adolescentes.....	36
Tabela 1- Percepção dos adolescentes sobre as formas de violência.....	32
Tabela 2- Vivência de situações de violência pelos adolescentes no convívio social.....	32
Tabela 3- Experiência dos adolescentes como vítima de violência física fora da escola.....	33
Tabela 4- Formas de resolver os problemas segundo os adolescentes.....	33
Tabela 5- Motivos de violência praticadas pelos adolescentes fora da escola.....	34
Tabela 6- Atitude de quando presencia uma briga fora da escola.....	35
Tabela 7- Práticas de agressão contra outra pessoa.....	36
Tabela 8- Motivos que levam uma pessoa a entrar em uma Gangue ou Bonde.....	37
Tabela 9- Onde os adolescentes encontram ajuda e apoio.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 Juventude em risco social.....	15
3.2 Políticas públicas voltadas à defesa dos adolescentes.....	16
4 METODOLOGIA	20
4.1 Tipo de Estudo.....	20
4.2 População e amostra do estudo.....	20
4.3 Local do estudo.....	21
4.4 Coleta de dados.....	21
4.5 Análise dos dados	22
4.6 Aspectos éticos	23
5 RESULTADOS	24
5.1 Perfil socioeconômico dos adolescentes escolares.....	24
5.2 Percepções dos adolescentes em relação ao local do estudo.....	28
5.3 A violência no contexto escolar e seu entorno a partir da visão dos adolescentes.....	32
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
6.1 A violência no contexto escolar e seu entorno	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A- Questionário sociodemográfico.....	48
APÊNDICE B- Questionário relacionado a violência.....	50
ANEXO A- Parecer comitê de ética e pesquisa da Unipampa	53
ANEXO B- Declaração da instituição co-participante	54
ANEXO C- Termo de consentimento livre e esclarecido.....	55
ANEXO D- Termo de confidencialidade	58

INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase estabelecida entre a infância e a idade adulta, momento de importantes e intensas transformações. Embora o desenvolvimento humano transcorra por toda a vida do ser humano, é neste estágio que se encontra a fase inicial e a intensa energização de seu amadurecimento. Dentre várias transformações a questão biológica do adolescente está em constante mudança, é caracterizado por um acelerado crescimento e início da maturação sexual. Psicologicamente, acontece um significativo avanço no desenvolvimento cognitivo e uma consolidação da personalidade, socialmente, é um período de experimentos e preparação para a vida adulta. Estes aspectos biológicos e psicossociais estão intensamente ligados, numa constante e mútua troca (MELO; BARROS; ALMEIDA, 2011).

A adolescência não se restringe somente ao próprio adolescente, compreende todo o seu meio social e familiar, ou seja, todo o contexto onde está inserido e, principalmente, ao qual está afetivamente envolvido (MELO; BARROS; ALMEIDA, 2011).

No Brasil, há 61 milhões de crianças e adolescentes, destes 45% vivem na pobreza, em famílias com renda *per capita* de no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A pobreza extrema, segundo Melo, Barros e Almeida (2011), pode ser considerada um dos fatores para o desenvolvimento das diferentes manifestações de violência vivenciadas pelos jovens sejam eles autores ou vítimas, pois em uma sociedade capitalista e midiática pautada em bens de consumo, reforça-se a exclusão social, principalmente dos adolescentes, com repercussão na disseminação da violência como um meio para obtenção do que se aspira, uma vez que a mídia impõe o “ter” o “novo” em uma relação de consumismo, rompendo assim os laços sociais e fortalecendo os rótulos e estereótipos (ABRAMOVAY et al., 2010).

Outro fator importante é que na adolescência o jovem passa por mudanças que o torna vulnerável a influências do meio externo e do relacionamento intergrupais, sendo esta a fase da identificação com grupos específicos, os quais exigem rupturas com as normas estabelecidas para ser aceito: como testar limites, questionar normas, valores convencionais, consumir drogas lícitas e ilícitas, fatores estes que geram comportamentos agressivos (SILVA, et al., 2010).

Exemplificando a identificação com grupos destacam-se as gangues, com comportamento delinquencial e criminoso dos seus membros, tendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) observado que a idade varia dos sete aos 35 anos, mas a prevalência destes são os adolescentes. As gangues são turmas de jovens com estrutura relativamente

territorializada reunidas em torno de interesses geralmente alheios à violência, mas que, além de não estarem livres de praticar atividades ilícitas e atos violentos, costumam manter rivalidades com outros grupos (ABRAMOVAY et al., 2010).

Ainda dentre os fatores que predispõem os adolescentes à violência existem o contato com familiares etilistas e drogaditos, amigos usuários de drogas, a baixa autoestima, a presença de comportamentos antissociais e o acesso fácil às drogas. Além disso, há o uso indiscriminado da internet, programas de televisão, filmes, desenhos e jogos que não se adequam à faixa etária dos adolescentes (SILVA et al., 2010).

A violência sempre existiu, mas este fenômeno vem apresentando-se com maior destaque social nos últimos anos, evidenciando-se em todos os locais, porém um dado significativo vem desapontando que é a violência no ambiente escolar, o que pode vir a comprometer a qualidade da educação destes adolescentes (MAIA et al., 2012).

A indisciplina na escola possui diversos fatores desencadeadores da violência, as causas estão nos problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, abuso e violência doméstica, carências sociais, influências negativas, entre outros. As principais explicações para a indisciplina na escola é a falta de educação em casa, ou seja, o adolescente não assimilou regras básicas de convivência social, achando dessa forma que tudo é permitido (ROSA, 2010).

Frente a esse contexto o cuidado afetuoso e respeitoso dado à criança e ao adolescente torna-se um fator protetor no desenvolvimento de potencialidades fundamentais como: a autoestima, o sentimento de confiança, autonomia e aprendizado dos limites e a superação de problemas, os quais são fatores importantes para a proteção à situação de violência. O ambiente familiar é o que zela e protege a criança, evitando a exposição às situações de vulnerabilidade. Porém, uma família pode expor a criança e/ou adolescente à violência, sendo que esta é uma maneira de comunicação, tornando este um ambiente danoso a seu desenvolvimento (ABRAMOVAY, et al., 2010).

O papel da equipe de saúde, em especial da enfermagem, é o de ajudar o adolescente a viver essa transição, promover a sua autoestima, identificar os sinais de riscos, comportamentos e sinais exteriores, que podem diagnosticar se o jovem encontra-se em dificuldades e alertar a família para os agravos da violência, tanto no âmbito escolar como fora dele. Bem como, implementar, incentivar e colaborar com as escolas na implantação de programas de prevenção e redução da violência, com destaque do Programa Saúde na Escola (PSE) (MENDES, 2011).

O Programa Saúde na Escola prioriza ações compartilhadas em um microterritório entre saúde e educação, a fim de gerar uma articulação de práticas, bem como, refletir a vinculação intersetorial das redes públicas da saúde e da educação e demais redes sociais, buscando a sustentabilidade das ações, a partir da conformação de redes de corresponsabilidade, o desenvolvimento da cidadania e a qualificação das políticas públicas em torno da temática: violência entre a população jovem (BRASIL, 2009).

Frente ao exposto, este trabalho justifica-se, pois a violência destaca-se, hoje, como um problema epidemiológico sem precedentes, acometendo especificamente, os adolescentes, com repercussão não somente social mas também, no âmbito da saúde pública, no que se refere a custos hospitalares, indenizatórios, além do imensurável sofrimento psicológico e físico, tanto do indivíduo como dos seus familiares.

Além disso, esta temática despertou-me interesse a partir da participação como discente voluntária do projeto de Extensão intitulado: Promoção em Saúde na escola: Um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas e do projeto de Pesquisa: Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde na Escola (PSE). Esses projetos possibilitaram um maior aprofundamento teórico sobre a temática, assim como a importância de trabalhar a prevenção da violência em âmbito escolar, a fim de contribuir para a redução de índices de morbimortalidade, decorrentes de atos violentos entre adolescentes. Para tanto, o presente projeto de pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: Por que a escola e seu entorno vem se transformando, ao longo dos anos, em um local violento segundo os adolescentes?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar por que a escola e seu entorno transformaram-se em um ambiente violento segundo o olhar dos adolescentes escolares.

2.2 Objetivos Específicos

Conhecer o perfil sociodemográfico dos adolescentes escolares;

Conhecer como os adolescentes da pesquisa percebem a escola local do estudo;

Conhecer quais os motivos que levam os adolescentes a praticar atos violentos dentro e fora da escola;

Identificar as formas de violência praticadas na escola e em seu entorno;

Identificar se os adolescentes visualizam a escola como um ambiente de amparo frente às situações de violência.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Juventude em Risco Social

A juventude diz respeito à faixa etária dos 15 aos 24 anos, momento esse em que passam por intensas transformações, quando estes sujeitos estão inserindo-se em grupos, na sociedade, formando seu caráter, seus gostos, suas particularidades biopsicossociais que os caracterizará (SOUZA; MOSMANN, 2013).

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2013), os jovens de 15 a 24 anos, no Brasil, somam-se em 34,23 milhões, sendo estes 20,16% da população brasileira.

A vulnerabilidade e a permanente exposição é um grande problema para as políticas de atenção aos adolescentes, pois a violência é um dos principais fatores de morbimortalidades que os acometem. Desde 1989, a violência vem ocupando o 2º lugar entre as causas de morte ocorridas no Brasil, entre as vítimas estão os adolescentes. No ano de 2007 a taxa de mortalidade por violência neste grupo foi de 78,4 por cem mil habitantes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada homicídio juvenil, há 20 a 40 vítimas juvenis não fatais que estão em recuperação hospitalar gerando um gasto econômico oneroso para o sistema de saúde pública, além de causar danos como os anos de vida produtiva perdidos, deficiências físicas, psicológicas e mentais (SILVESTRE; FERNANDES, 2014).

Além da vulnerabilidade aos diversos riscos, o jovem também é vítima de exclusão social. Cerca de 37 milhões de jovens estavam sem trabalho no ano de 2001, o que representa 47% do total de desempregados no país. Mais da metade destes não estavam estudando e, apenas 24% chegaram ao Ensino Médio, com um percentual de 24,3% que não completaram o Ensino Fundamental (SOUZA et al., 2013).

Os jovens que residem em espaços estigmatizados passam por dificuldades, as quais são acrescidas da competitividade no mercado de trabalho. Não somente pela crescente dificuldade ao seu ingresso, mas também em confrontação com jovens moradores de outros territórios, o que permite constatar que há um efeito específico e notável do lugar onde se habita e o acesso ao emprego. Quando jovens moradores desses territórios menos favorecidos conseguem empregar-se, têm maiores dificuldades em se sobrepôr aos que estão mais qualificados, sendo menos remunerados em relação aos que residem em locais mais abastados. Pelas dificuldades financeiras, muitos desses jovens aceitam trabalhar em precárias condições de higiene, segurança e remuneração o que corrobora para a precariedade financeira e a pobreza de muitas famílias. Associados a isto muitos jovens optam pelo

trabalho clandestino e atividades ilegais como venda de drogas (SILVESTRE; FERNANDES, 2014).

Atualmente, o Brasil é uma das grandes potências econômicas, mas ainda predomina um cenário de desigualdade social, em que o capitalismo é a principal influência nesse processo de valorização da cultura da modernidade, contrapondo-se a uma realidade de pobreza e miséria. Os ditos não-cidadãos e os territórios marginalizados definem o ser humano carente e o lugar onde impera a pobreza como marginais, não por que neste contexto haja moradores que usam drogas, roubam ou matam, mas porque marginal é aquele cidadão que viola a lei ou a moral. Marginal é o ser humano que vive à margem da sociedade e do sistema, habita nos arrabaldes da cidade, não tem direito à habitação segura, vive na incerteza do próprio sustento, desempregado e sem renda fixa, vivendo ou tentando viver com o que ganha no trabalho informal (AZEVEDO, 2012).

Sendo assim, a exclusão econômica, social, política, cultural, e não somente a pobreza, explicam o envolvimento de jovens em alguns quadros de violência. A prevenção de violência deve começar nos municípios que tenham propostas que qualifiquem as políticas públicas para as comunidades, destacando a prevenção desta no espaço escolar, devendo ter centralidade na prevenção a violência juvenil, as iniciativas de capacitação laboral e formação de multiplicadores jovens (SOUZA et al., 2013).

Marginalizar é anular o direito à vida, é permitir que uma criança e um adolescente chore com fome no meio do desperdício e da abundância de alimentos, é permitir que essa criança e adolescente não tenha esperança em um futuro promissor, porque sua escola não tem recurso que garanta a sua inclusão (AZEVEDO, 2012).

3.2 Políticas públicas voltadas à defesa dos adolescentes

Durante o período colonial, em 1808, no Brasil, as crianças e os jovens eram severamente punidos sem muita diferenciação dos adultos quando cometiam algum delito, sendo que a imputabilidade penal iniciava-se aos sete anos de idade e a pena de morte a partir dos 21 anos. Esse era o mesmo sistema jurídico que vigorava em Portugal. Após a Proclamação da Independência, surgiu o novo código criminal do Império, em 1830, o qual imputabilizava a infratoridade aos 14 anos, punindo e recolhendo os infratores para casas de correção. Tendo eles, entre sete e 14 anos, eram mantidos nestes locais até os 17 anos, local, onde não havia a preocupação em relação à importância da educação, tão pouco com higiene e conforto (SILVA, 2011a).

A lei do Ventre Livre, de 1871, foi um marco na luta pelos direitos da criança no Brasil, juntamente com a criação da Roda dos Expostos no século XVIII, em que o objetivo era salvar vidas de recém-nascidos abandonados, os quais eram comidos por ratos e porcos por serem deixados à mercê. As mães deixavam seus filhos em uma roda na instituição e não eram vistas. Os governantes as criavam para posteriormente encaminhá-las ao trabalho produtivo e forçado (BRASIL, 2009).

No final do século XIX, quando as políticas de segurança públicas eram excludentes e repressivas, a criança abandonada material e moralmente, filha da pobreza era vista como um problema social grave que precisava de ações urgentes. Após a Proclamação da República, em 1890, promulgou-se às pressas o novo Código Penal dos Estados Unidos em que a maioria penal iniciava-se aos nove anos de idade, muito criticado na época por ser um retrocesso à proteção infantil em comparação ao Código Criminal de 1830 (SILVA, 2011a).

O Decreto número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, criou o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos, que consolidou as leis de assistência e proteção aos menores. Neste período os maiores de 14 anos, considerados delinquentes, abandonados ou pervertidos seriam colocados em asilos, casa de educação ou confiados à pessoa idônea até os 21 anos. Já, na Promulgação da Constituição Federal, em 1937, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), e o Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM, 1941) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942). O SAM estava mais vinculado à questão da ordem social, era Interligado ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores, tinha como competência orientar e fiscalizar sistemas educacionais particulares, investigar menores para fins de internação e ajustamento social, estudar as causas do abandono, entre outros (BRASIL, 2009).

Nos anos 40, após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de marcha pelos Direitos Humanos, em que se destaca a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959. Isso significou um marco fundamental aos direitos da criança e à formulação da Doutrina da Proteção Integral no final da década de 80 (SILVA, 2011).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) - foi fruto de lutas sociais que começaram a ser discutida na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, em 1980. A sociedade civil acabou pressionando órgãos responsáveis da infância e juventude no Brasil a criar ementas “crianças constituintes” e “criança prioridade nacional” criadas pela Comissão Nacional da Criança Constituinte, em 1987, as

quais reivindicavam a inserção dos direitos da criança e do adolescente na Constituição e uma legislação própria para estes (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

O ECA prevê no artigo 227 que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (SILVA, 2011).

O ECA preconiza a inclusão de todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direito à proteção, ao atendimento de assistência social, políticas sociais básicas e à humanização do atendimento em qualquer circunstância de vulnerabilidade. Em decorrência da condição de pessoas, as quais estão em desenvolvimento físico, psicológico e moral, as crianças e os adolescentes têm direitos especiais que são de suma importância. Estes não conhecem seus direitos em sua totalidade e não têm condições de suprir por si mesmo suas condições básicas (SILVA, 2010).

Segundo o Instituto das Nações Unidas para a Prevenção de Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD), a política repressiva de punir o adolescente em conflito com a lei por meio de medidas socioeducativas não é satisfatória para a diminuição da criminalidade. O que reafirma a necessidade de políticas públicas preventivas de inclusão social destes adolescentes, vindos de um contexto de pobreza, violência, negligência, descaso e em situação de vulnerabilidade, os quais os tornam excluídos socialmente (AZÊVEDO, 2012).

Sendo assim, o ECA inova com o uso de medidas socioeducativas em meio aberto, permitindo a renúncia às medidas restritivas de liberdade. Considerando que esta fase da adolescência é um momento em que os jovens estão envolvidos por diversos conflitos, geradores de insegurança, e a sociedade pode potencializar ou minimizar este processo de transformações físicas e psíquicas por meio de suas políticas (SILVA, 2010).

Para os adolescentes que cometem ato infracional, a medida de semiliberdade prevê que sejam oferecidas condições de ressocialização do jovem infrator, tais como: educação, aprendizado profissional, saúde, noções de higiene e tudo o mais que se fizer necessário para reintegrá-los à sociedade para que possam desenvolver-se plenamente com dignidade e respeito a si e a outrem. Enfatizando que a educação difere de punição, por subsidiar um ambiente favorável para a construção de conhecimentos e a aquisição de habilidades e competências, sem entrar em conflito com a lei, enquanto a punição estabelece o ato de aprisionar e excluir da sociedade (MONTEIRO et al., 2011).

Sendo assim, mesmo que sua essência seja complexa, o adolescente tem a sagacidade de viver momentos perturbadores e agressivos, os quais significam desafios, realizações e superações, em contrapartida esses jovens necessitam de afeto, cuidado, atenção, carinho, abraço maternal, fraternidade e proteção de adultos. O que torna imprescindível reconhecer que os adolescentes estão interligados a uma rede, a qual é constituída por: sociedade, família, escola, área da saúde e comunidade (CARVALHO; ERDMANN; SANTANA, 2011).

Corroborando com as políticas públicas já existentes de proteção à criança e ao adolescente, surge neste cenário uma proposta de política pública intersetorial, ou seja, a implantação do Programa Saúde na Escola (PSE), instituído por Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, a qual resulta do trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, na expectativa de aumentar as ações específicas de saúde aos alunos da rede pública de ensino (NOGUEIRA et al., 2012).

Integrados a outros espaços sociais, ela desempenha papel determinante na formação dos estudantes, na percepção e construção da cidadania e no acesso às políticas públicas. Durante os anos 90, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o conceito e iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde. Trata-se de uma abordagem multifatorial que envolve o desenvolvimento de competência em saúde dentro das salas de aula, a transformação do ambiente físico e social das escolas e a criação de vínculo e parceria com a comunidade de abrangência. Isso inclui os serviços de saúde comunitários, como as Unidades Básicas de Saúde e equipes de Saúde da Família (SILVA; RISTUN, 2010).

O PSE foi instituído com a intenção de colaborar para a formação integral dos estudantes da rede pública por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Alguns dos principais objetivos desse programa são: promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde; contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possa comprometer o pleno desenvolvimento escolar; promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes (BRASIL, 2009).

4 METODOLOGIA

O estudo compreende um recorte do projeto de pesquisa "**Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)**" o qual vem sendo desenvolvido, por meio de um projeto de extensão intitulado: "**Promoção em Saúde na escola: um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas**" que propõem atividades de intervenções no âmbito da prevenção em saúde, com alunos pertencentes a uma escola municipal de ensino fundamental, com vista a discutir a temática violência escolar. Cabe ressaltar que ambos os projetos iniciaram as atividades no ano de 2013.

4.1 Tipo de estudo

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, exploratória e descritiva. De acordo com MARCONI (2008) a abordagem quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis - por sua vez - podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

É um estudo descritivo que tem a finalidade de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade; exploratório que proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (MARCONI, 2008).

4.2 População e amostra do estudo

A população inicial da pesquisa foi composta por 120 alunos, de ambos os sexos, matriculados no sétimo ano, nos turnos da manhã e tarde em uma escola municipal de ensino fundamental. Porém desses 120 alunos, somente 64 aceitaram participar da pesquisa, no ano de 2013, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Cabe ressaltar que durante a execução do projeto, que compreendeu o ano de 2013 até o final do ano de 2014, houveram evasões, reprovações, desistência e transferências. Além disso, nem todos os alunos participaram da aplicação do pré e pós teste (instrumento da pesquisa). Sendo assim, todos estes fatores ocasionaram a redução da população do estudo para uma amostra de 26 alunos de ambos os sexos cursando em 2014 o oitavo ano.

4.3 Local do estudo

Para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão, foi selecionada por meio de conveniência uma escola entre as dez escolas urbanas municipais de ensino fundamental. A escola está localizada no município de Uruguaiana situado no extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O município de Uruguaiana tem uma população estimada de 125.784, com uma taxa de urbanização de 95% e densidade demográfica de 22,0 hab/km². Seus limites são: Barra do Quaraí a Sudoeste (70Km), Alegrete a Leste (147Km), Quaraí (123 km) e República Oriental do Uruguai ao Sul e Argentina a Noroeste. A distância de Porto Alegre, capital do estado, é de 634 Km. O acesso aos municípios vizinhos se dá através das estradas BR 472 e BR 290. Localiza-se na fronteira com a Argentina (Paso de Los Libres), possui uma moderna estação aduaneira, das maiores do Brasil. O Município figura como o 4º maior do Estado e possui o maior porto-seco da América Latina, com 80% da exportação nacional atravessando a Ponte Internacional. O trabalho aduaneiro faz com que o comércio sobre rodas do MERCOSUL passe – preferencialmente - por Uruguaiana. A rede ferroviária, operada pela América Latina Logística, possui um terminal de cargas em Uruguaiana, com capacidade para estocagem e transbordo, com conexão com a Argentina, através de ferrovia pela Ponte Internacional. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com sua extensa lavoura de arroz e gado de corte e reprodução (IBGE, 2013a, URUGUAIANA, 2007).

Em 2010, no município, 9,7% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 59,5%. Quanto à distorção idade-série, esta, eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do Ensino Fundamental, estão com idade superior a recomendada nos anos iniciais (da 1ª até a 4ª série) 13,7% e, nos anos finais (da 5ª até a 8ª série) 25,4%, chegando a 32,9% de defasagem entre os que alcançam o Ensino Médio (IBGE, 2013b).

4.4 Coleta de dados

O projeto de extensão teve início no ano de 2013, de agosto a dezembro, com atividades lúdicas, a fim de estabelecer vínculo com a população do estudo e a comunidade escolar em geral. Já as atividades de intervenções (divididas em módulos) e coleta de dados do projeto de pesquisa e extensão iniciaram no ano de 2014, a partir do mês de julho, com encontros quinzenais, utilizando como estratégias de intervenções: palestras realizadas pelos

alunos bolsistas e voluntários do projeto, bem como, convidados externos e docentes do curso de enfermagem.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram dois questionários semiestruturados que possuem quatorze questões referentes aos dados sociodemográfico e dezessete questões relacionadas à violência. A aplicação dos questionários foi organizada da seguinte forma:

Parte 1 – Aplicação do questionário para coleta dos dados sociodemográfico, o qual foi utilizado para todos os módulos (APÊNDICE A).

Parte 2 – Aplicação do questionário sobre violência aplicado no bloco de intervenção do **Módulo 1**, o qual ocorreu nos meses de julho e agosto de 2014. Cabe ressaltar que as atividades de intervenções vêm acontecendo em módulos, os quais se dividem em cinco (descritos abaixo), porém o presente estudo refere-se apenas à coleta de dados do **Módulo 1**.

Módulo 1- Bloco de intervenção na escola relacionada à violência (17 questões objetivas e de múltipla escolha) (APÊNDICE B);

Módulo 2- Bloco de intervenção na escola relacionada ao acidente de trânsito (14 questões objetivas e de múltipla escolha);

Módulo 3- Bloco de intervenção na escola relacionada à violência contra a mulher (7 questões objetivas e de múltipla escolha);

Módulo 4- Bloco de intervenção na escola relacionada à homofobia e bullying (12 questões objetivas e de múltipla escolha)

Módulo 5- Bloco de intervenção na escola relacionada à tentativa de suicídio (7 questões objetivas e de múltipla escolha).

4.5 Análise dos dados

Os dados foram transcritos, tabulados e armazenados em Planilha Eletrônica *Excel*® para o processamento. Os resultados foram apresentados no formato de tabelas com frequências absolutas e porcentagens, a fim de subsidiar a discussão dos dados pautados em referencial teórico.

4.6 Considerações Éticas

Para a realização desta pesquisa, foi respeitado o sigilo, a privacidade e os preceitos éticos protegendo os direitos dos indivíduos envolvidos, conforme defende o Código de Ética de Pesquisa com Seres Humanos apontados pelas Normas de Pesquisa em Saúde determinadas pela Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012).

Desta forma, esta pesquisa teve início após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) UNIPAMPA, conforme parecer 392.235 em 12/09/2013 (ANEXO A). E aprovação do Secretário de Educação de Uruguaiana, por meio da assinatura do Termo de Autorização da Instituição Coparticipante (ANEXO B).

Após as devidas autorizações, deu-se início à pesquisa propriamente dita, por meio da aplicação dos questionários, que foram aplicados aos alunos. A seguir foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C), impresso em duas vias de mesmo teor, ficando uma via em poder dos pesquisadores e a outra com o sujeito da pesquisa.

Cabe salientar que os alunos da pesquisa foram devidamente orientados quanto aos objetivos do estudo e a garantia do seu anonimato. Ainda, os mesmos foram informados sobre a possibilidade de desistência de sua participação a qualquer momento, sem que isso lhe acarretasse qualquer constrangimento ou ônus.

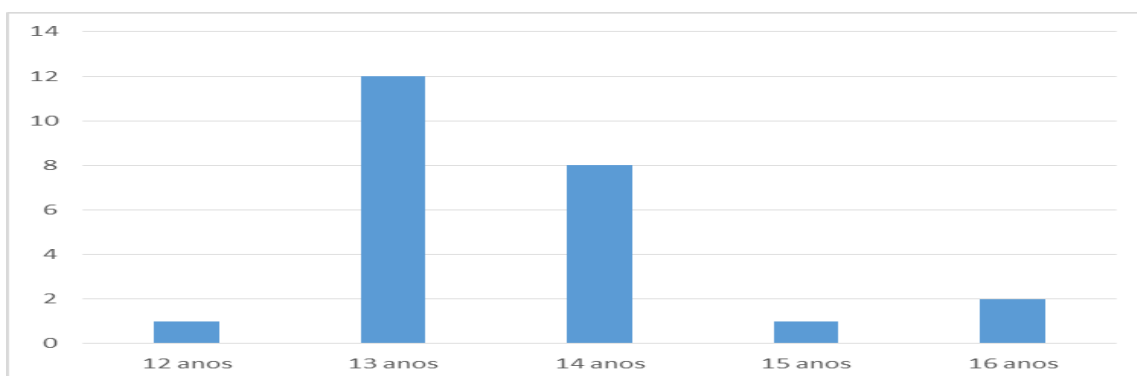
Também foi assegurado aos participantes o sigilo da sua identidade, sendo que os dados poderão ser divulgados nos meios científicos sempre de forma anônima, por meio de publicação em periódicos indexados no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os pesquisadores, através do Termo de Confidencialidade (ANEXO D), serão responsáveis pela garantia da manutenção do sigilo das informações obtidas. Bem como, serão responsáveis pela garantia da manutenção do sigilo das informações obtidas e pela guarda do material pelo período de cinco (5) anos, quando os mesmos serão destruídos.

5 RESULTADO

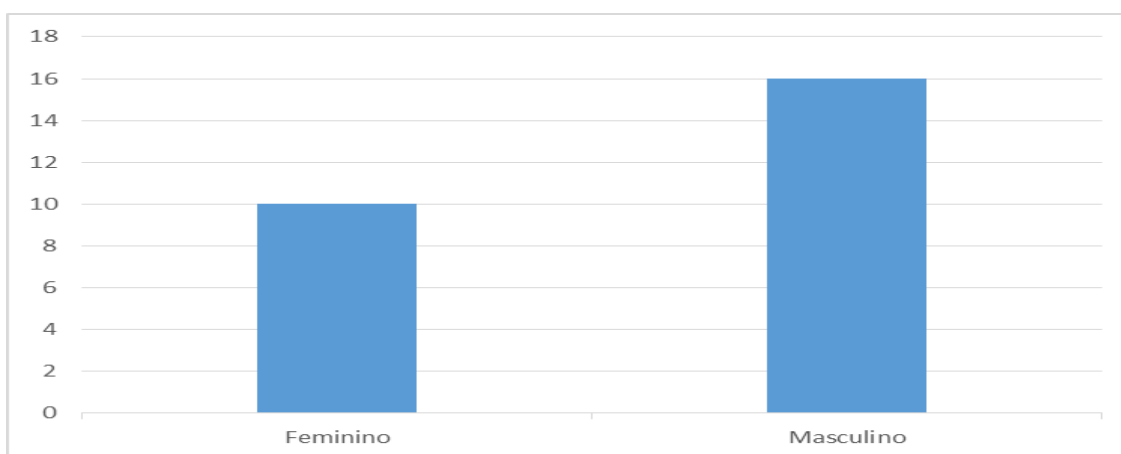
5.1 Perfil socioeconômico dos adolescentes escolares do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil

Gráfico 1: Idade dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



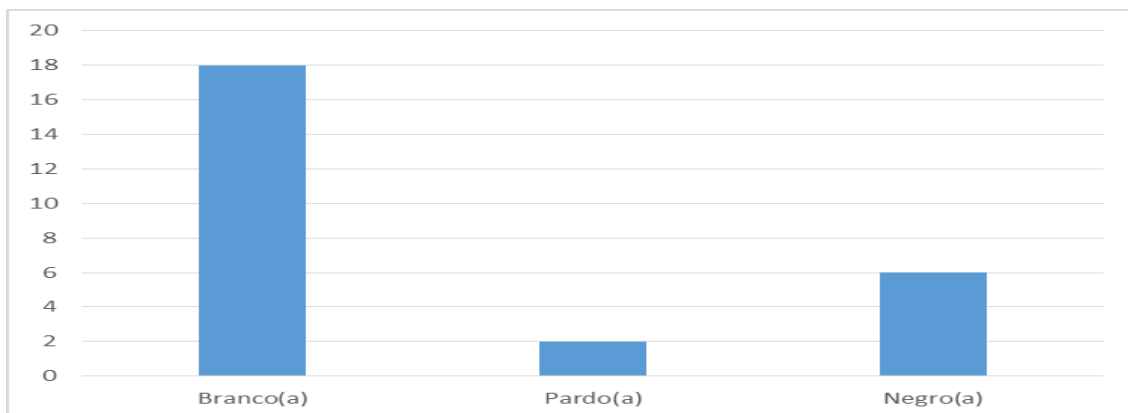
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 2: Sexo dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



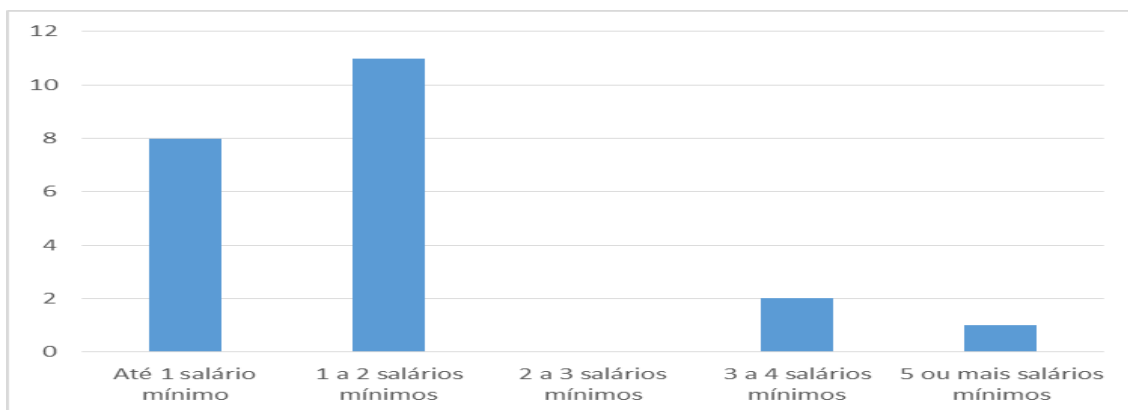
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 3: Raça dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



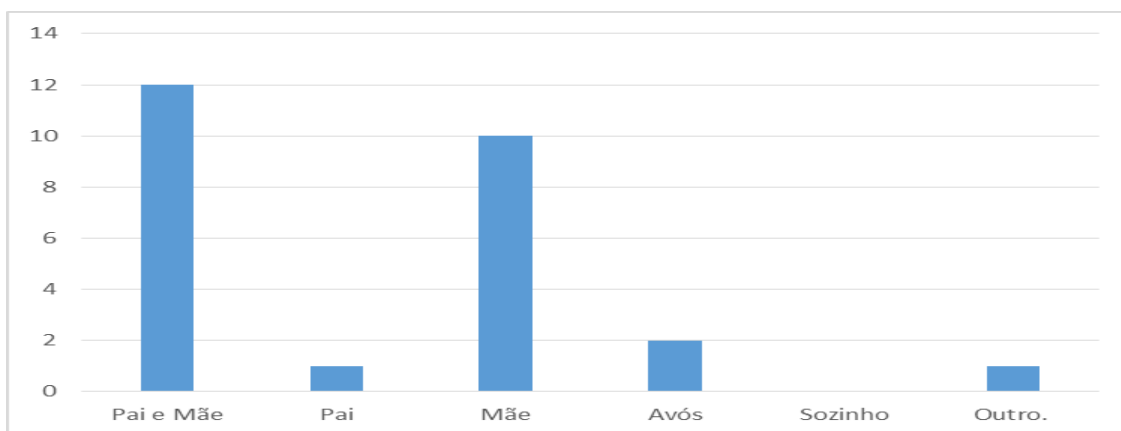
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 4: Renda familiar dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



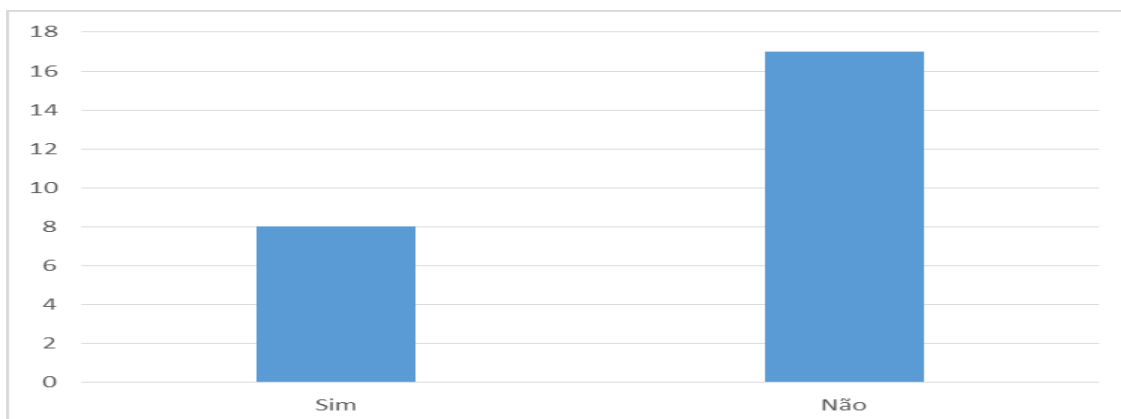
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 5: Com quem moram os adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 6: Atividade ocupacional anterior dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes oito (32%) já exerceram alguma atividade laboral tais como: um carpinteiro, dois ajudante de pedreiro, um ajudante de eletricista, duas babás, um atendente de padaria e um que não respondeu a atividade exercida.

Gráfico 7: Atividade ocupacional atual dos adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes três exercem alguma atividade laboral no momento da pesquisa, tais como: um estofador, um repositor de mercadorias, um cuidador de casa e de cavalos. E um adolescente às vezes trabalha entregando panfletos.

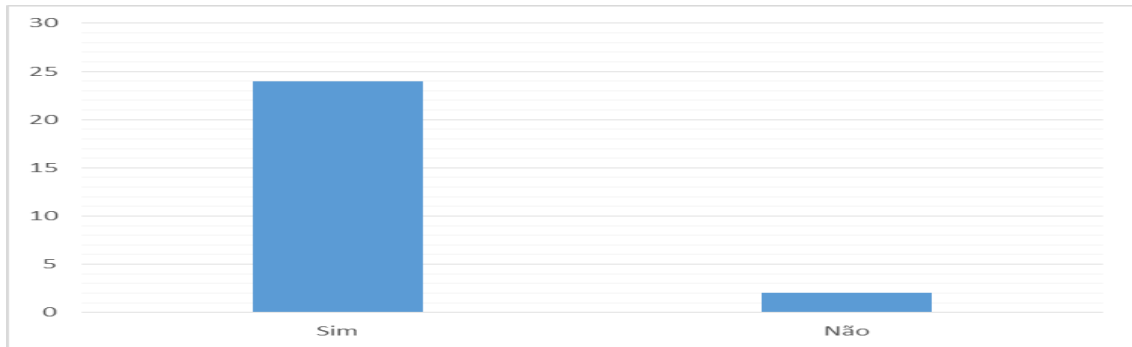
A partir dos gráficos apresentados acima define-se o perfil da população do estudo, ou seja, dos 26 adolescentes, 12 deles (46,1%) tem idade escolar compatível ao oitavo ano do ensino Fundamental. A maioria, 16 adolescentes (61,5%) são do sexo masculino. Já (69,2%) 18 adolescentes se autodenominam de cor branca. Quanto à renda familiar, 13 adolescentes (50%) vivem com uma renda per capita de um a dois salários mínimos.

Quanto à constituição familiar 12 adolescentes (46,1%) vivem no modelo familiar tradicional (com pai e mãe), porém ao agrupar os demais itens do gráfico 5 verifica-se que 14 adolescentes (53,8%) vivem em um modelo de constituição familiar diversificada, ou seja, vivem somente com um membro da família ou outros.

Quanto às atividades laborais dos 26 adolescentes, oito (30,7%) já exerceram algum tipo de atividade e no momento apenas três (11,5%) adolescentes exercem atividades e um (3,8%) esporadicamente.

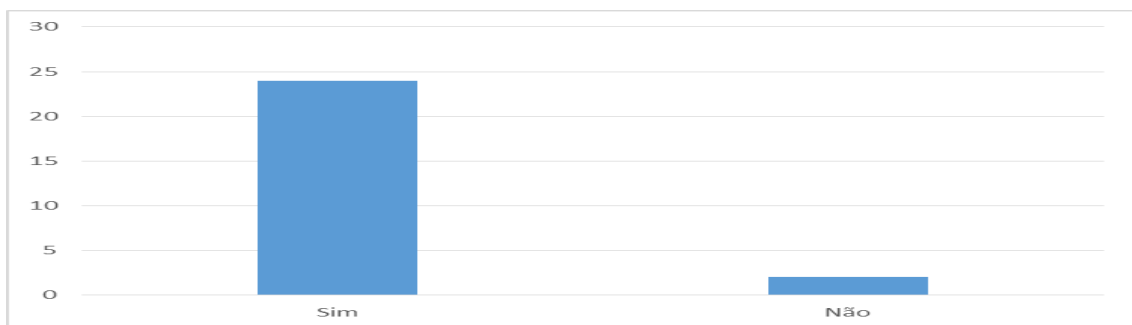
5.2 Percepções dos adolescentes em relação ao local do estudo

Gráfico 8: Os adolescentes gostam de frequentar a escola, 2013.



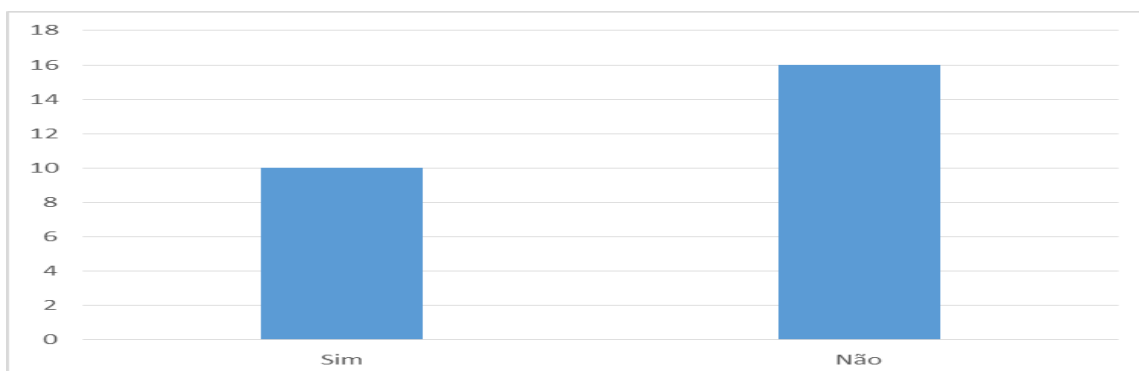
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 9: Os adolescentes sentem-se seguros no caminho para escola, 2013.



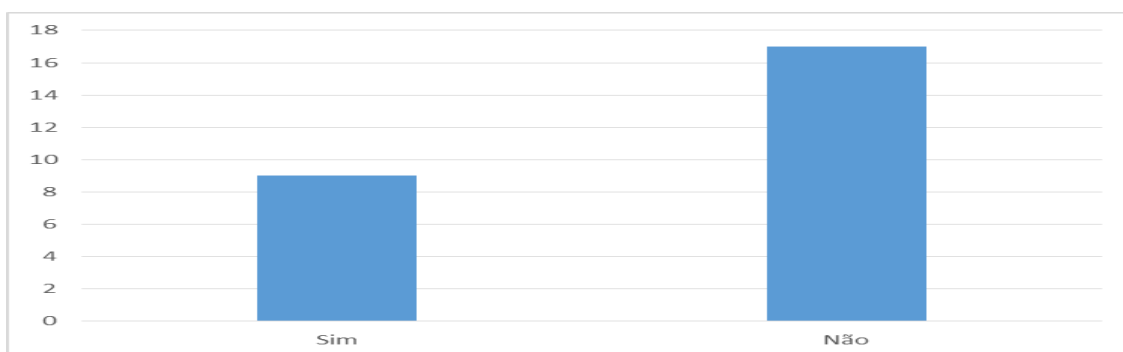
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 10: Os adolescentes vão acompanhados para a escola, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 11: A escola é violenta segundo os adolescentes, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

No gráfico 11 a maioria dos adolescentes, ou seja, 17 (65%) não acham a escola violenta. Já 9 (35%) discordam do restante dos adolescentes e justificam sua resposta positiva com os seguintes argumentos:

“Pessoas armadas na escola”;

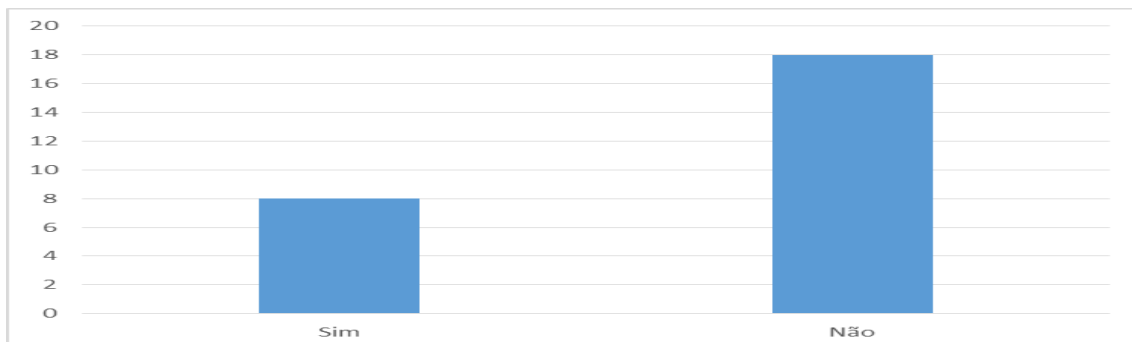
“Falta de guarda”;

“Muitas brigas”;

“Bondes formados por alunos”;

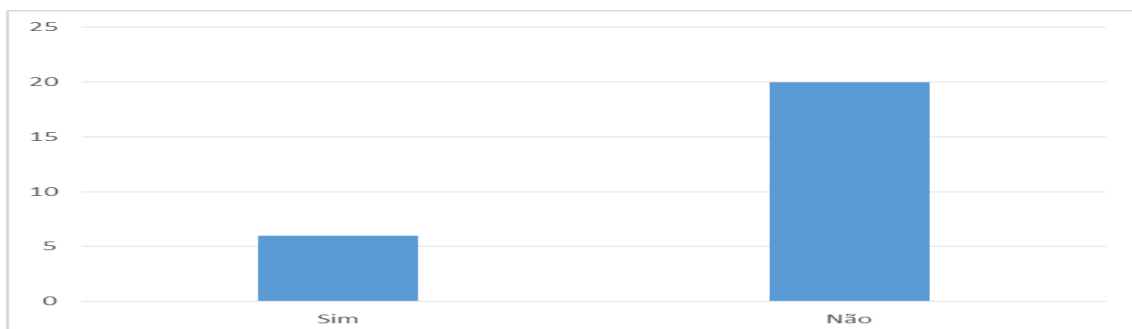
“Falta de segurança”.

Gráfico 12: Houve participação dos adolescentes em atos violentos praticados na escola, 2013.



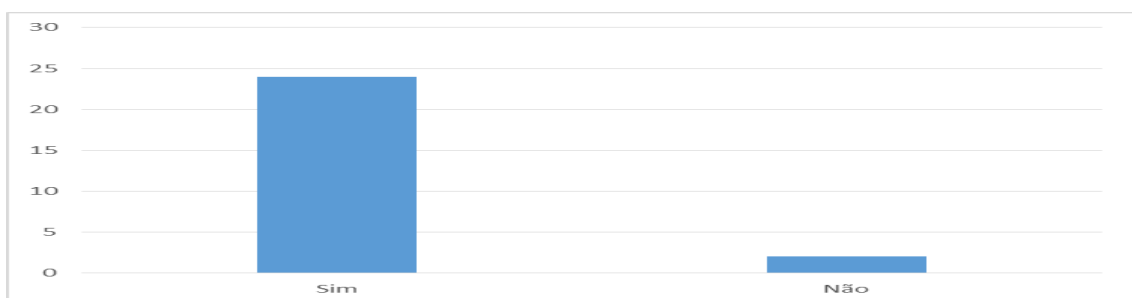
Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 13: Os adolescentes já sofreram violência na escola, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Gráfico 14: Os adolescentes sentem-se seguros no caminho para casa, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

A partir dos dados apresentados acima define-se a percepção dos alunos sobre o local do estudo. Com base na amostra da população do estudo, dos 26 adolescentes, 24 (92,3%) responderam que gostam de ir à escola e dois (7,6%) referem não gostar de frequentar a escola. Das 24 respostas (92,3%) responderam sentir-se seguros no caminho da escola e dois (7,6%) referiram sentir insegurança.

Dos 26 adolescentes, 16 adolescentes (61,5%) responderam que não vão para a escola acompanhados e dez (38,4%) referiram ir na companhia de alguém para a escola.

Da amostra do estudo, nove adolescentes (35%) responderam que acham sua escola violenta pelos seguintes motivos: dois responderam que há muitas brigas (violência física), um respondeu que há bandes formados dentro da escola por alunos, um referiu por falta de segurança, um respondeu por falta de guarda na escola e 17 (65%) referiram que a escola não é violenta.

Sobre a participação de atos violentos na escola, 18 (69%) referiram que não terem praticado e oito (31%) responderam já ter participado atos de violência na escola. Dos 26 adolescentes escolares, 20 (77%) referiram não terem sofrido violência na escola e seis (23%) responderam que já foram vítimas de violência na escola tais como: bullying e violência física. Finalizando, do total da amostra do estudo, 24 (92%) adolescentes responderam sentir segurança no caminho para casa e dois (8%) referiram não sentir-se seguros.

5.3 A violência no contexto escolar e seu entorno a partir da visão dos adolescentes.

Tabela 1: Percepção dos adolescentes sobre as formas de violência, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Agressão física	22	51,1
Violência sexual	3	6,9
Agressão verbal	11	25,5
Violência psicológica	7	16,2
TOTAL	43	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Da amostra dos 26 adolescentes que participaram da pesquisa, 22 respostas (51,1%) mencionaram a agressão física como uma forma de violência e 11 respostas (25,5%) mencionam que a agressão verbal como violência uma forma de violência.

Tabela 2: Vivência de situações de violência pelos adolescentes no convívio social, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Não vivenciaram situação de violência no convívio social	18	69,2
Escola	2	7,6
Rua	4	15,3
Casa de familiares	1	3,8
Domicílio	1	3,8
TOTAL	26	100

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 participantes, 18 (69, 2%) alunos responderam que não vivenciaram situações de violência no convívio social, seguido de quatro (15,3%) adolescentes que responderam vivenciar violência na rua.

Tabela 3: Experiência dos adolescentes como vítima de violência física fora da escola, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	6	23,1
Não	20	76,9
TOTAL	26	100

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes da amostra do estudo, 20 (76,9%) responderam que já foram vítimas de violência física fora da escola.

Tabela 4: Formas de resolver os problemas segundo os adolescentes, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Conversar	18	69,2
Chamar os pais	4	15,4
Conversar com os professores	3	11,6
Agressão física	1	3,8
TOTAL	26	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes, das respostas, 18 (69,2%) responderam que conversar é a forma de resolver os problemas e um (3,8%) respondeu que a agressão física é a forma mais resolutiva.

Tabela 5: Motivos de violência praticadas pelos adolescentes fora da escola, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Namorado(a)	20	34,6
Boatos ou mensagens em redes sociais	14	24,1
Para manter a reputação de “forte”	14	24,1
Desentendimentos durante a atividade de educação física	3	5,2
Por tirar onda com aparelhos eletrônicos, roupas e tênis de marca	4	6,9
Rixas	1	1,7
Bonde	1	1,7
Futebol	1	1,7
Total	58	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes da amostra da pesquisa, 20 respostas (34,6%) mencionaram que os motivos que levaram seus colegas a brigar fora da escola são questões relacionadas a namoro. Seguido de 14 (24,1%) adolescentes que responderam pelos motivos de boatos e mensagens em redes sociais ou para manter a reputação de “forte”.

Tabela 6: Atitude de quando presencia uma briga fora da escola, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Assiste	7	16,3
Pede para parar	6	14,0
Filma	2	4,5
Chama a diretoria	6	14,0
Chama um adulto	8	18,6
Chama um guarda	6	14,0
Instiga para continuarem brigando	0	0
Vai embora	7	16,3
Chama a Brigada Militar	1	2,3
TOTAL	43	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes da pesquisa, oito (18,6%) respostas apontaram que a atitude ao presenciar uma briga fora da escola foi chamar um adulto e sete (16,3%) responderam que assistem ou vão embora.

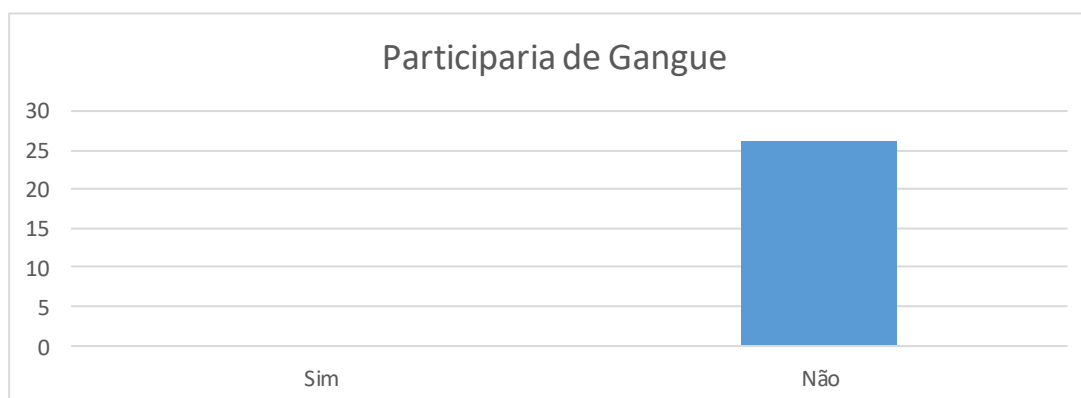
Tabela 7: Práticas de agressão contra outra pessoa, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Não praticaria agressão contra outra pessoa	20	76,9
Agressão Verbal	1	3,8
Bulling	2	7,7
Legítima defesa	2	7,7
Defender a mãe	1	3,8
TOTAL	26	100

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Dos 26 adolescentes, 20 (76,9%) referiram que não praticariam agressão contra outra pessoa. Já dois adolescentes (7,7%) responderam que praticariam agressão contra outra pessoa e o motivo que os levaria a este ato é em legítima defesa e por sofrer bulling.

Gráfico 15: Participação de gangue segundo os adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, 2013.



Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Do total da amostra de 26 adolescentes (100%) responderam que não participariam de gangues.

Tabela 8: Motivos que levam uma pessoa a entrar em uma Gangue ou Bonde, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Para autoafirmação	3	5,9
Para ficar mais poderoso(a)	16	31,4
Para arrumar namorado(a)	5	9,8
Para ser popular	15	29,4
Para ter visibilidade da sociedade	5	9,8
Para não ser humilhado(a)	7	13,7
TOTAL	51	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Do total da amostra que corresponde a 26 adolescentes, 16 respostas (31,4%) mencionam que o motivo que leva uma pessoa a entrar em uma gangue é para ficar mais poderoso, 15 (29,4%) responderam que é para ser popular, sete (13,7%) responderam que é para não ser humilhado.

Tabela 9: Onde os adolescentes encontram ajuda e apoio, 2013.

	Frequência (N)	Percentual (%)
Na escola	13	26
Na família	26	52
Nos amigos	9	18
Você tem que resolver sozinho(a)	2	4
TOTAL	50	100

*O percentual e o quantitativo de respostas não correspondem a amostra do estudo de 26 adolescentes devido a questão ser de múltipla escolha.

Fonte: Banco de dados do Projeto de Pesquisa "Reduzindo a morbimortalidade por causas externas nas escolas a partir do Programa Saúde nas Escolas (PSE)" realizado com adolescentes do ensino fundamental de um município do extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil no ano de 2013.

Das 50 respostas, 26 (52%) delas encontram ajuda e apoio na família, seguida de 13 (26%) que encontram apoio na escola.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 A violência no contexto escolar e seu entorno a partir da visão dos adolescentes

Em relação à percepção dos adolescentes sobre quais são as formas de violência apresentada na tabela 1 à agressão física foi preponderante na resposta dos entrevistados com (51,1%), seguida da agressão verbal (25,5%) e psicológica com (16,2%).

Corroborando com os achados do presente estudo Sales; Souza (2012), apontam que as manifestações de violência não são apenas praticadas por adolescentes do sexo masculino, as meninas também praticam bullying, agressão verbal e física. Confirmando Maia, Araújo e Santos (2012), em seu estudo, afirmam que há diferença entre os motivos apresentados pelas meninas e meninos para a prática de violência independente da forma, sendo física e psicológica. Ainda para Cunha (2014), dentro do ambiente escolar os adolescentes já presenciaram situações de brigas e agressões físicas.

Quanto aos locais onde os adolescentes vivenciam situações de violência, a tabela 2, traz a rua (15,3%) em primeiro lugar seguido da escola como local de prática de violência (7,6%). O que vem ao encontro de um estudo realizado por Sales; Souza (2012) que colocam que as formas de violência acontecem no pátio da escola, em sala de aula, em calçadas e pontos de ônibus próximos a escola.

A tabela 3 mostra que 76,9% dos adolescentes não vivenciaram nenhum tipo de violência fora da escola e 23,1% referiram ter vivido algum tipo de situação violenta fora da escola. Um estudo realizado por Maranhão et al., (2014) traz que os jovens vivenciam situações de violência primeiramente no ambiente familiar praticada geralmente pelos genitores por meio de agressões físicas; já na comunidade por pessoas desconhecidas através de ameaça e humilhação e na escola pelos próprios colegas, expressadas por agressões físicas (empurrões) e psicológicas (aparência física).

Quanto as principais formas de como os adolescentes resolvem seus problemas, exposto na tabela 4, 69,2% dos adolescentes tiveram respostas proativas de forma que relataram resolver seus problemas através de diálogos. Esta situação reflete a mesma encontrada por Maranhão et al., (2014), na qual considera que a autoestima positiva faz com que os adolescentes sintam-se capazes de realizar qualquer atividade, tendo boas expectativas para o futuro. Tais fatores contribuem para a autoconfiança, autoeficácia tanto para atividades quanto para a resolução de situações difíceis e inesperadas como conflitos interpessoais,

auxiliando para o processo de resiliência e recursos psicológicos para o enfrentamento de eventos estressores.

A esse respeito Costa et al., (2012) alega em seu estudo que o diálogo, a escuta e a boa comunicação são os melhores caminhos para a resolução dos conflitos e devem ser exercidos nos espaços familiares, escolares, comunidades e sociedade como um todo, auxiliando na assistência daqueles que visualizam o problema e anseiam evitá-lo.

Dentre os motivos que levam os adolescentes a praticar violência fora da escola, a tabela 5 apresenta que 34,6% das afirmativas são questões relacionadas a namoro e 24,1% responderam que é por boatos e mensagens em redes sociais a fim de manter a reputação de forte. A primeira resposta vem ao encontro do que afirmam Maia; Araújo; Santos (2012) onde as relações entre parceiros afetivos é a principal motivação para a violência física praticada pelas meninas, entre os meninos tratando-se de relações afetivas a motivação recai sobre a conquista, ou seja, a propriedade, onde o ato violento dá-se pela incapacidade de suportar pressões e a não afetividade correspondida.

Conforme Maia; Araújo; Santos (2012) a violência também é uma maneira de impor a relação de poder, domínio, usando atributos físicos para se firmar como líder de um grupo. Nesse sentido Costa et al., (2012) considera que as manifestações de agressividade conectadas às relações de poder, em que os mais velhos dominam e reprimem os menores, onde o agressor demonstra uma atitude de liderança e segurança, e a vítima parece estar quase sempre na defensiva, sujeita aos maus tratos do agressor.

Quanto à segunda afirmativa para Trindade; Menezes (2013) o cyberbullying vem sendo utilizado para a intimidação das vítimas através de meios de comunicação como celular e internet.

Em relação ao exposto na tabela 6 frente a atitude dos adolescentes ao presenciar uma briga fora da escola. Dentre os 26 adolescentes 18,6% referiram que ao presenciar uma briga fora da escola chamam um adulto para interceder. Tal conduta vem ao encontro dos achados de Costa et al., (2012) que expõem a necessidade de intervenções dos professores, líderes comunitários, da família e dos próprios jovens escolares quando presenciam atos de violência.

Já 16,3% dos adolescestes responderam que assistem ou vão embora. Para Costa et al., (2012) os adolescentes ficam expostos a este convívio sem desejar, tornando-os vulneráveis a possíveis reações do agressor, onde sua omissão acarreta na pactuação da violência, caso reajam contra ao ato podem se tornar as próximas vítimas, o que torna a situação muito delicada.

A prevalência das respostas dos adolescentes na tabela 7 mostra que 76,9% não praticariam agressão contra outra pessoa, e 7,7 % praticariam agressão sendo o motivo deste ato: legítima defesa e sofrer bullying. Tal constatação aproxima-se do estudo realizado por Costa et al., (2012) que evidenciam indicativos de que os adolescentes que sofrem discriminação reagem tanto com isolamento quanto com agressividade.

Em face dessa vicissitude o estudo de Souza (2012), mostra que as dificuldades de aceitação das diferenças físicas vêm sendo um dos motivos para o desencadeamento de violência psicológica na escola. Também nesse sentido para Sales; Souza (2012), os adolescentes vítimas de bullying sentem-se culpados pelo ato, pois acreditam que sofrem violência por não estarem enquadrados dentro dos parâmetros de beleza.

Ainda neste contexto, um estudo realizado por Lourenço; Senra (2012), traz que o Bullying é marcado por atitudes violentas e antissociais na escola, conflitos interpessoais o que colabora para fatores mais graves, como: o uso de arma de fogo, homicídios, além de agressão física.

No que diz respeito ao gráfico 15, felizmente, 100% dos adolescentes responderam que não participariam de gangues ou bondes. Porém, não é o que a maioria dos autores afirmam sobre a temática, para Stecanela; Barros (2014), muitas vezes os adolescente não praticariam atos de violência, mas experimentariam seus limites, por ser esta uma característica natural desta fase.

Os motivos que levam uma pessoa a fazer parte de uma gangue conforme a tabela 8. Dentre os 26 adolescentes, 31,4% das respostas referem que é para obter poder, seguido de 29,4% para ser popular e por último 13,7% para não ser humilhado. Este aspecto foram observados nos estudos de Costa et al., (2012) e de Stecanela; Barros (2014), os quais afirmam que as formações de grupo fazem os mesmos sentirem-se valorizados entre si, sendo esta uma forma que encontram de reagir frente a violência gerada pela sociedade. As gangues são espaços onde seus integrantes se protegem, se ajudam e brigam uns pelos outros, reforçando desta forma, a necessidade de reconhecimento por um determinado grupo social, pois não sentem proteção e reconhecimento na família e sociedade.

Ainda para Costa (2013), os adolescentes também são humilhados no seio familiar, na escola e comunidade e acabam por agir da mesma forma com outras pessoas reproduzindo tal comportamento agressivo.

A tabela 9 mostra que 52% das afirmativas dos adolescentes sobre onde encontram ajuda e apoio é na família e 26% na escola. Essas premissas são apontadas também no estudo de Silva et al., (2014), que a participação da família na escola contribui para a prevenção da

violência, facilitando nas relações de convívio em ambiente familiar, pois é nela que o adolescente procura apoio nos direcionamentos das suas escolhas de vida e onde encontra os exemplos para convivência em sociedade. A recuperação do diálogo é de extrema importância para prevenir a violência. A escola tem papel de auxiliar no desenvolvimento das relações interpessoais, capacidades físicas e morais do adolescente, por meio de ações educativas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou conhecer o perfil sociodemográfico dos adolescentes escolares, os quais foram sujeitos da pesquisa, a maioria possui 13 anos, com a idade compatível ao oitavo ano do ensino fundamental com predominância do sexo masculino. E no que se refere à cor (69,2%) se autodenominam de cor branca, levando a inferir que a forte influência na predominância da cor branca no Rio Grande do Sul se deu pela grande miscigenação através da imigração e colonização no estado em sua maioria pelo Europeus.

Quanto à renda familiar metade dos adolescentes vive com renda de um a dois salários mínimos, numa constituição familiar diversificada, ou seja, convivem somente com um membro da família ou outras pessoas e que muitos necessitam exercer algum tipo de atividade. O que nos leva a reflexão de que as enormes mudanças políticas, econômicas e sociais corroboram para novas formas de convívio e vínculo efetivo, ocasionando em novas reformulações do conceito de família, além de repercutir diretamente na renda das famílias brasileiras, motivo pelo qual muitos adolescentes obrigam-se a trabalhar cedo, abandonando a escola e em algumas situações expondo-se a atividades ilícitas e a atos violentos para sobreviverem.

No que se refere à percepção dos adolescentes em relação à escola local do estudo e seu entorno embora referissem que há muitas brigas (violência física), bondes formados e falta de segurança, a maioria respondeu o que não acha a sua escola violenta, quanto a seu entorno sentem-se seguros no caminho da escola e vão sozinhos para a mesma.

Em relação aos motivos que levam os adolescentes a prática de atos violentos dentro e fora da escola, foi identificado neste estudo, que são por questões relacionadas a namoro, por motivos de boatos e mensagens em redes sociais e/ou para manter a reputação de “forte”. E que alguns ao presenciarem uma briga assistem ou vão embora, além de uma minoria mencionar que participaria de uma gangue para obter poder, popularidade e não ser humilhado. Motivos que comprovam a personalidade em formação dos adolescentes e, portanto necessidade de orientação contínua por meio da escola e principalmente familiar.

Quanto às formas de violência praticadas na escola e em seu entorno pelos adolescentes, positivamente a maioria relatou não praticar agressão à outra pessoa e se praticassem seria por sofrer bullying ou em legítima defesa. O que nos faz inferir que a maioria não possui uma característica violenta, sendo que praticariam atos de agressão somente ao sofrerem algum tipo de violência, os quais seriam na forma primeiramente de agressão física seguida da verbal. Porém o estudo evidencia o alto índice de violência,

principalmente a agressão física fora da escola. Em contrapartida a maioria acredita que o diálogo seja a melhor maneira de resolver os problemas.

Em relação se a escola é visualizada como um ambiente de amparo frente às situações de violência, a minoria a vê como um local de apoio e enfrentamento das situações de violência. Em compensação a maioria visualiza a família como fonte de amparo e proteção.

Por fim, as atividades de intervenções do projeto de extensão sobre violência, possibilitaram aos adolescentes escolares uma reflexão crítica sobre seus atos e comportamentos em relação à violência escolar e em seu entorno. Bem como, os resultados do estudo poderão contribuir para o planejamento e a implementação de novas atividades externas ou internas a fim de tornar esta discussão no ambiente escolar cotidiana e realizada desde as series iniciais, com o apoio da escola e da família, a qual são de extrema importância na vida dos adolescentes, bem como, orientar pais e professores sobre as melhores formas de enfrentar esta a violência, a fim de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, Gênero e Juventude: Donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília- DF, 2010, p.314.

AZÊVEDO, K. T. S. **Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: Uma visão histórica das periferias urbanas**. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2012 (Monografia).

BRASIL. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. **Saúde Na Escola. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica, n. 24**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CARVALHO, J. N; ERDMANN, A. L; SANTANA, M. E. A autonomia do cuidado exercido por adolescentes para um viver saudável: o olhar da enfermagem. **Cogitare Enferm.** v.16, n.2, p.268-74, abr./jun. 2011.

CUNHA, M. B. Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva. **Rev. Educ. Pesqui**, v. 40, n. 4, p. 1077-1092, out./dez. 2014.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades**, 2013^a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432240#>> Acesso em: 10 nov. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese Estatística de Uruguaiana**. Tiragem: 2.000 cópias. 2^a revista, 2013b.

COSTA, M. C. et al. Representações sociais da violência escolar na expressão de jovens estudantes. **Rev. Eletr. Enf.** v. 14, n. 3, p. 514-22, jul./set. 2012.

COSTA, G. M. A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma Escola municipal de Gurupi. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.6, n2, Pub.6, abr. 2013.

LOURENÇO, L. M; SENRA, L. X. A violência familiar como fator de risco para o bullying

escolar: contexto e possibilidades de intervenção. **Rev. Aletheia**. n. 37, p. 42-56, jan./abr., 2012.

MAIA, C. L. Q. G. N; ARAÚJO, A; SANTOS, S. S. J. Motivações para a violência no contexto escolar sob a óptica do Adolescente. **Rev. Enferm UFSM**, v.2, n. 1, p. 20-31, jan./abr. 2012.

MARANHÃO, J. H. et al. Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. **Rev. Psicol.**, v. 26, n. 2, p. 429-444, Mai./Ago., 2014.

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M. C. B; BARROS, E.N; ALMEIDA, A. M. L. G. A Representação da violência em adolescentes de escolas da rede pública de ensino do Município do Jaboatão dos Guararapes. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. v. 16, n. 10, p. 4211-4220, 2011.

MENDES, C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. **Rev Esc Enferm USP**, v.45, n.3, p. 581-8, 2011.

MONTEIRO, E. M. L. M, et al. Desafios e perspectivas na reeducação e ressocialização de adolescentes em regime de semiliberdade: subsídios para Enfermagem. **Rev. Enf. Ref. [online]**. v. 3, n.3, p. 37-46, 2011.

NOGUEIRA, A. L. A. et al. Funcionalidade de famílias de adolescentes de escolas públicas: Uma Abordagem Descritiva. **Cogitare Enferm**, v. 17, n. 2, p. 224-31, 2012.

ROSA, M.J.A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as Consequências para o processo ensino aprendizagem. Itabaiana: **Gepiadde**, v.8.

ROSEMBERG, F; MARIANO, C. L. S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, set./dez. 2010.

SALES, M. P; SOUZA, C. E. B. A manifestação da violência no espaço escolar. **Rev. Estação Científica (UNIFAP)**, v. 2, n. 2, p. 55-64, jul./dez., 2012.

STECANELA, N; BARROS, P. M. Mais que um bonde, uma família: grupos de risco, EJA e identidades juvenis. **Rev. Conjectura: Filosofia e Educação de Caxias do Sul**, v. 19, n. 2, p. 120-146, mai./ago., 2014.

SILVA, G. M. Adolescente em conflito com a lei no Brasil: da situação irregular à proteção integral. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.3, n.5, jul., 2011a.

SILVA, G. M. Justiça Juvenil No Brasil: Breve Revisão Da Literatura. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 5, p. 160-182, 2011b.

SILVA, G.M. **Ato Infracional: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010 (Dissertação).

SILVA, J.O; RISTUM, M. A Violência Escolar no Contexto de Privação de Liberdade. **Rev. Psicologia Ciência E Profissão**. v. 30, n. 2, p. 232-247, 2010.

SILVA E. B. et al. VIOLÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES: POTENCIALIDADES PARA O ENFRENTAMENTO. **Rev. Cogitare Enferm.** v. 19, n. 1 p. 6-20, jan./mar., 2014.

SILVESTRE, A.R.; FERNANDES, L. Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 27, p. 27-44, 2014.

SOUZA, F. R; MOSMANN, C. P. Crianças e adolescentes encaminhados para psicoterapia pela escola. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. **Revista da SPAGESP**, v. 14, n. 2, p. 39-54, 2013.

SOUZA, K. O. J. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relatos e diálogos com alunos e professores. **Rev. Brasileira de Promoção da Saúde**, v.25, n. 1, p. 71-79, jan./mar., 2012.

TRINDADE, A. M; MENEZES, J. A. Intimidações na adolescência: expressões da violência Entre pares na cultura escolar. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 142-151, 2013.

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS
QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO SOBRE PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO

IDENTIFICAÇÃO

- Pesquisador:
- Telefone para contato com o participante:
- Participante:
- Data:
- Local:
- Horário de Início:
- Horário de Término:

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- 1) Idade:
- 2) Data de Nascimento:
- 3) Sexo:
 - (1) Feminino.
 - (2) Masculino.
- 4) Nacionalidade:
- 5) Naturalidade:
- 6) Raça:
 - (1) Branco.
 - (2) Pardo.
 - (3) Negro.
- 7) Com quem você reside?
 - (1) Pai e Mãe.
 - (2) Pai.
 - (3) Mãe.
 - (4) Avós.
 - (5) Sozinho.
 - (6) Outro, qual? _____

8) Renda familiar mensal:

- (1) Até 1 salário mínimo.
- (2) 1 a 2 salários mínimos.
- (3) 2 a 3 salários mínimos.
- (4) 3 a 4 salários mínimos.
- (5) 5 ou mais salários mínimos.

9) Estado Civil:

- (1) Solteiro.
- (2) Casado.
- (3) Divorciado.
- (4) União Estável.
- (5) Viúvo.

10) Tem filhos?

- (1) Sim, quantos? _____
- (2) Não.

11) Está trabalhando?

- (1) Sim, qual atividade realiza?
- (2) Não.

12) Já trabalhou?

- (1) Sim, qual atividade realizou?
- (2) Não.

13) Você frequenta/frequentou algum curso de profissionalização?

- (1) Sim, qual?
- (2) Não.

14) Você gosta de ir à escola?

- (1) Sim.
- (2) Não.

APÊNDICE B
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO SOBRE VIOLÊNCIA

1) Você se sente seguro no caminho para a escola?

(1) Sim.

(2) Não.

2) Você vem à escola acompanhada(o)?

(1) Sim.

(2) Não.

3) Você acha que sua escola é violenta?

(1) Sim, por quais motivos?

(2) Não.

4) Você já participou de situações de violência na escola?

(1) Sim. Em que locais?

(2) Não.

5) Você já sofreu situações de violência na escola?

(1) Sim, qual situação?

(2) Não.

6) Você se sente seguro no caminho para casa?

(1) Sim.

(2) Não.

7) Você vai acompanhado a casa?

(1) Sim. Por quem?

(2) Não.

8) Você acha que violência é somente agressão física?

(1) Sim. Por que? _____

(2) Não? Quais as outras formas? _____

9) Você já vivenciou violência em algum local de seu convívio social?

(1) Sim. Quais? _____

(2) Não.

10) Você já sofreu violência fora da escola?

(1) Sim. Quais? _____

(2) Não.

11) Você acha que brigar (agressão física) é uma forma de resolver os problemas?

(1) Sim.

(2) Não. Quais são os outros modos de resolver? (A) Conversar (B) Chamar os pais (C) Conversar com os professores

12) Quais os motivos que levam seus colegas a brigar fora da escola?

(1) Namorada(o)

(2) Boatos ou mensagens em redes sociais.

(3) Para manter a reputação de “forte”

(4) Desentendimentos durante a atividade de educação física.

(5) Para tirar onda com aparelhos eletrônicos, roupas e tênis de marca.

(6) Outro _____

13) Quando você sai da escola e vê uma briga, o que você faz?

(1) Assiste

(2) Pedir para parar

(3) Filma

(4) Chama a diretoria

(5) Chama um adulto

(6) Chama um guarda

(7) Instiga para continuarem brigando

(8) Outro _____

14) Você praticaria uma agressão contra outra pessoa?

(1) Sim. Quais os motivos para este ato? _____

(2) Não.

15) Você participaria de uma gangue ou bonde?

(1) Sim.

(2) Não.

16) Para você quais os motivos que levam uma pessoa a entrar em uma gangue ou bonde?

(1) Para autoafirmação

(2) Para ficar mais poderoso(a)

(3) Para arrumar namorada(o)

(4) Para ser popular

(5) Para ter visibilidade da sociedade

(6) Para não ser humilhado(a)

17) Onde você encontra ajuda e apoio:

(1) Na escola

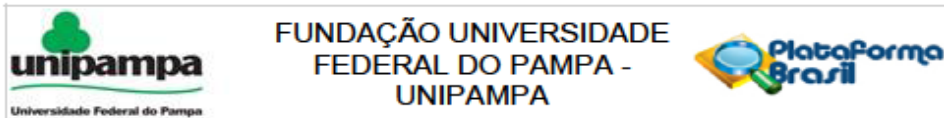
(2) Na família

(3) Nos amigos

(4) Você tem que resolver sozinho(a).

ANEXO A

PARECER COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIPAMPA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE)
Pesquisador:
Versão: Marcia Adriana Poll
CAAE: 2
18181013.4.0000.5323
Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 052273/2013
Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km592
Bairro: Prédio Administrativo Central - Caixa
UF: RS **Município:** URUGUAIANA **CEP:** 97.500-970
Telefone: (55)3413-4321 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br

ANEXO B
DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA
INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, Delmar Kaufmann, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação na Prefeitura Municipal de Uruguaiana, autorizo a realização nesta instituição E.M.E.F. MARÍLIA SANCHOTENE FELICE a pesquisa **PROMOÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS: Um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas** sob a responsabilidade da pesquisadora Marcia Adriana Poll, tendo como objetivo primário: Implantar em uma escola pública, de uma determinada localidade do município de Uruguaiana, uma proposta de intervenção no âmbito do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) para redução das morbidades e mortalidade ocasionadas pelas causas externas.

Esta autorização está **condicionada à prévia aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa** (Prédio Administrativo da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592 – Uruguaiana – RS – tel: 55-3413-4321 ramal 2289 – email: cep@unipampa.edu.br) devidamente registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96 e regulamentações correlatas).

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Uruguaiana, 24 de abril de 2013.



Delmar Kaufmann
Secretário Municipal de Educação
(Assinatura e carimbo da instituição co-participante)



ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do programa saúde nas escolas (PSE)*

Pesquisadora Responsável: Márcia Adriana Poll.

Pesquisador Participante: Ináiza de Medeiros Gudolle.

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário em uma pesquisa intitulada: *Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do programa saúde nas escolas (PSE)*, que tem por objetivos: implantar em uma escola pública, de uma determinada região da fronteira oeste do RS, uma proposta de intervenção a curto prazo, sobre conscientização para redução das morbidades e mortalidades ocasionadas pelas causas externas e avaliar como intervenções de prevenção em saúde podem refletir nas percepções dos alunos para a redução de atos inseguros que levam a acidentes e violência.

Justificativa: partindo do pressuposto, que as causas externas constituem a segunda causa de morbimortalidade, e que vêm aumentando e generalizando-se em todo o território nacional, atingindo com mais intensidade um segmento populacional jovem, em plena fase produtiva, com altíssima repercussão e custos sociais, acredita-se que a educação em saúde torna-se necessária para implantar uma proposta de intervenção para abordar aspectos voltados à prevenção dessas causas, com a finalidade de promover a reflexão e a mudança de comportamento de risco entre os jovens das escolas públicas.

Por meio desse documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Caso o pesquisado seja menor de idade, o seu responsável legal terá que autorizar sua participação nesta pesquisa, assinando este termo, caso contrário o menor não poderá efetuar sua participação.

Metodologia: será aplicado um questionário semiestruturado a respeito do tema causas externas ao estudante que aceitar participar deste estudo. Cabe ressaltar que o questionário será aplicado antes e após cada atividade de intervenção, as quais visam abordar o tema dentro do seguinte aspecto: violência

Benefícios: o estudo apresenta benefícios diretos para o participante, pois trata-se de uma atividade de intervenção que visa esclarecer e ampliar os conhecimentos do estudante sobre a temática, já que este é um problema epidemiológico que vem acometendo, principalmente, adultos jovens em nosso país.

Riscos: o estudo oferece riscos mínimos aos participantes, os quais poderão ser cansaço e desconforto físico, em função da necessidade de disponibilizar tempo para participação dos encontros e rodas de conversas para discussão sobre as temáticas em estudo, além de tempo para responder ao questionário.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é a Márcia Adriana Poll que pode ser encontrada no endereço BR 472, km 592 – Uruguiana, fone: (55)99171169, o qual estará disponível para ligações a cobrar caso necessário. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/Unipampa - Campus Uruguiana –, BR 472, Km 592, Prédio administrativo, sala 23, CEP: 97500-970, Fone: (55) 34134321,– ramal 2289, E-mail: cep@unipampa.edu.br.

Destaca-se que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Será garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento que quiser deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo na escola. Seu nome e sua identidade serão mantidos em sigilo, as informações obtidas serão analisadas pela pesquisadora e colaboradores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Os resultados poderão ser divulgados em publicações e eventos científicos, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Acredita-se que os dados obtidos a partir desta pesquisa poderão auxiliar na implantação do Programa Político Pedagógico da Escola no que se refere ao eixo temático “Prevenção e Promoção da saúde”, com a finalidade de promover a reflexão sobre o tema, bem como prevenir a ocorrência deste evento entre os jovens da escola pública coparticipante, e conseqüentemente de divulgar/debater este temática entre a comunidade local.

Assinatura do participante da pesquisa/responsável

Assinatura do aluno participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

Márcia Adriana Poll

Uruguaiana, ____ de _____ de _____ .

ANEXO D
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Comitê de Ética em Pesquisa
Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592
Prédio Administrativo – Sala 23
Caixa Postal 118
Uruguaiana – RS
CEP 97500-970
Fone: (55) 3413 4321 Ramal: 2289
E-mail: cep@unipampa.edu.br

Título do Projeto: A violência no contexto escolar e seu entorno a partir da visão dos adolescentes.

Pesquisador responsável: Márcia Adriana Poll

Campus/Curso: Uruguaiana/ Enfermagem

Telefone para contato: (55) 3413-4321

Local da coleta de dados: Escola Municipal de Ensino Fundamental Marília Sanchotene Felice

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade e o anonimato dos sujeitos cujos dados serão coletados através de aplicação de questionário semiestruturado. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas preservando o anonimato dos sujeitos e serão mantidas em poder do responsável pela pesquisa, Prof.(a) Pesquisador(a) Márcia Adriana Poll por um período de cinco (5) anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Uruguaiana, 15 de julho de 2014.

Márcia Adriana Poll
SIAPE: 1572685

Inaíza de Medeiros Gudolle
Matrícula: 102440072